

*Ata da 22ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 28 de maio de 2015.*

Presidência do Senhor Deputado Bira Corôa, ad hoc. À hora marcada, o Sr. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial em **comemoração ao Dia de África**, com o tema “O Legado do Povo Jeje no Processo Civilizatório Baiano e Brasileiro”. A Mesa foi composta pelos Srs: Clodoaldo Silva Anunciação, Promotor de Justiça, representando o Procurador-Geral Márcio Fahel; Ailton Ferreira, Assessor Especial, representando a Secretária de Promoção da Igualdade Racial Vera Lúcia Barbosa; Equedi Iray Galvão, da Casa do Benin; Marcelino Gomes, da Casa Adorno, de Cachoeira; Norma Sueli Simas, representando o Terreiro Rampami Kareleui Keue; Doté Amilton de Sobô e Mavô Adelson, do Terreiro Keue Vodun Zó; Professora Yeda Pessoa de Castro, do Terreiro do Ventura; Buda de Bobosa, de Cachoeira; Major Peixoto, representando o Comandante Geral da Polícia Militar; Lucimar Oliveira, da Fundação Gregório de Matos; e a Defensora Pública Eva dos Santos Rodrigues, representando o Defensor Público Geral Clériston Cavalcante de Macedo. O Sr. Presidente anunciou a apresentação cultural e as saudações dos alabês do Terreiro Keue Vodun Zó. Em seguida relatou o fato histórico que deu origem à celebração do Dia de África e disse que, ao longo dos anos, tanto no continente africano como fora dele, afrodescendentes de diversas partes do mundo celebram essa data, aproveitando para traçar novas estratégias de lutas por inclusão, cidadania e combate ao racismo. Informou que desde 2007, quando assumiu o primeiro mandato, esta Casa celebra o Dia de África, sempre elegendo um tema relacionado à história ou à cultura afro-brasileira, além de promover ciclo de palestras, seminários e exposições. Mencionou todos os temas abordados e ações realizadas por esta Casa, bem como a visita de representantes ilustres do Continente Africano ao Estado da Bahia com o propósito de aproximar o Brasil e a África. Informou que o ano de 2011 foi instituído pela ONU como Ano Internacional dos Afrodescendentes, ano em que também foi realizada a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Condenou o preconceito ainda vigente na sociedade nos dias atuais e afiançou que os negros e afrodescendentes “não buscam ser tolerados, mas respeitados”. Por fim, desejou a todos disposições para continuarem lutando e combatendo a desigualdade e o desrespeito. A Sra. ekeidi Iray Galvão informou que o Benin foi o País de onde se originou praticamente todo povo jeje que veio para a Bahia. Traçou um breve relato do período da abolição, contou um pouco da história do povo jeje e mencionou traços da cultura africana. O Sr. Doté Amilton de Sobô esclareceu que a palavra jeje não existe na África, lembrando que esse nome foi dado pelo povo do ketu. Encerrou fazendo um cântico

em reverência aos ancestrais. A Sra. Norma Sueli Simas comentou o sofrimento do povo negro ao longo da história e ressaltou a contínua luta por respeito e reconhecimento ao que eles representam "na grandiosidade da civilização". Reconheceu o conforto que sentem quando remontam à ancestralidade que "traz à tona tudo aquilo de belo e de grandioso que o negro representa em nossa civilização" e agradeceu ao grande legado deixado pelos voduns na vida dos negros. Apelou à classe política para lutar em prol da igualdade e contra a exclusão social e encerrou sugerindo que as escolas públicas insiram a língua africana na grade curricular. O Sr. Marcelino Gomes saudou a todos em nome de Olissá, o pai de todas as nações religiosas africanas. Traçou um breve relato sobre a cultura africana e como se deu a vinda dos africanos para o Brasil, destacando algumas nações. Comentou sobre o trabalho realizado pela Fundação Paulo Dias, adquirida em 1967 pelo Professor Agostinho da Silva, um português que foi considerado um dos grandes responsáveis por aproximar a África e o Brasil. Teceu considerações sobre a etnia jeje e ketu, abordando questões relacionadas à área sociocultural, política, religiosa e a influência que tem até os dias atuais no Brasil. Perpassou por vários trechos da história da Bahia, contando como se deu o início de muitos dos movimentos religiosos africanos e a correlação com a igreja católica. Finalizou com uma oração. O Sr. Buda de Bobosa externou satisfação pelo tombamento da Roça do Ventura, realizado no dia 4 de dezembro, e saudou o Deputado Bira Corôa por ter sido o autor da Lei do 25 de Maio, considerando que foi um ato que prestigiou o povo do Mahi, Savalú, Mondubim e das diversas outras línguas africanas, saudando também aqueles que ao longo da história lutaram e continuam lutando contra o preconceito e em defesa da inclusão social dos negros. Agradeceu aos antepassados e finalizou entoando uma canção. O Sr. Mavô Adelson ressaltou a contribuição dada pelos povos negros classificados sob os etnônimos fom e jeje na construção do Brasil. Apresentou uma breve explanação sobre a tradição religiosa ewe efon savalu e sobre o vodum. Condenou a forma "injusta e etnocêntrica" como denominam o vodum e prestou esclarecimentos sobre as características da prática savalô. O Sr. Presidente procedeu à leitura de um ofício enviado pela Deputada Fátima Nunes justificando a ausência na Sessão e declarando apoio à cultura afro-brasileira. A Sra. Eva dos Santos Rodrigues ressaltou a importância da data e avaliou que não há dúvida sobre a importância do povo jeje e as diversas etnias para a formação da cultura afro-brasileira. Considerou que sessões dessa natureza devem ser aproveitadas para se discutir e apresentar novas estratégias e caminhos de inclusão, de cidadania e de combate ao racismo. Por fim, deixou registrado o compromisso que a Defensoria Pública tem na luta contra o racismo e contra a intolerância religiosa. O Sr. Presidente anunciou o nome de algumas pessoas presentes na Sessão, que receberão homenagens da Casa e da Comissão de Promoção da Igualdade, em reconhecimento ao trabalho que realizam em defesa dos negros. A Sra. Yeda Pessoa de Castro considerou que as sessões contribuem para enriquecer o conhecimento sobre a cultura negra baiana, as manifestações e as origens dos terreiros de candomblé, além de outros temas. Defendeu a introdução do ensino de línguas africanas como língua estrangeira nas

universidades e disse que a Uneb assinou um convênio com a Universidade de Angola Agostinho Neto para a introdução de duas línguas angolanas no currículo, mas que até agora não tomou providência para concretizar esse acordo. Lembrou que os mais de quatro milhões de africanos trazidos para o Brasil contribuíram para a construção do País e da identidade do povo brasileiro e apresentou dados obtidos através de pesquisas, que não reconhecem o nome jeje, que é uma denominação que engloba várias etnias que vivem hoje sob a administração da República Democrática do Benin. O Sr. Clodoaldo Silva informou que ocupa a Coordenação de Direitos Humanos do Ministério Público, relatando o trabalho e ações que o órgão vem realizando em prol da promoção da igualdade racial. Ponderou que as instituições ligadas à área jurídica precisam também dar passos concretos em favor da inclusão e da igualdade. Disse que o Ministério Público realizou um evento no dia 13 de maio destinado ao projeto *Racismo - Conhecer para Enfrentar* e avaliou que todos os avanços obtidos pelos negros foram consequência de muita luta. Finalizou colocando o órgão à disposição de todos. O Sr. Ailton Ferreira saudou o Deputado Bira Corôa por todo o trabalho que tem realizado nesta Casa em benefício dos negros, destacando a criação da Comissão de Promoção da Igualdade Social, “uma luta deste Deputado”, e elogiou a forma como este Parlamento tem dispensado um tratamento especial para as questões relacionadas ao povo negro. Discorreu sobre os avanços e conquistas dos negros ao longo da história do País e ressaltou a relevância do povo de santo e dos terreiros durante todo o processo. Elogiou as políticas públicas implantadas a partir do Governo FHC no Brasil e a partir do Governo Jaques Wagner, na Bahia, destinadas à inclusão e combate ao racismo. Falou sobre a Conferência de Durban, ocorrida em 2001, quando foi dito que os países que produziram riquezas a partir do trabalho de pessoas escravizadas deviam a essas pessoas e a seus descendentes políticas de promoção da igualdade, inserindo-se nesse contexto o Brasil. Por fim, disse que o “processo civilizatório brasileiro se deve à contribuição africana nas artes, nas letras, na literatura, na medicina, na engenharia e que nos foi legada”. O Sr. Presidente anunciou a apresentação cultural do Teatro Encantado Savalu e, em seguida, registrou as exposições “Bonecas de Pano Kanaombo” e “Fradique: Customização de Bonecas Africanas”, que desde a semana passada são realizadas nesta Casa, no salão dos ex-presidentes. Lembrou que no último dia 13 a Cidade de Santo Amaro celebrou os 126 anos de Bembé do Mercado, “uma das celebrações mais significativas para a história e para a identidade africana”, ressaltando que este ano foi mais especial, porque foram reconhecidos como patrimônio da humanidade. Agradeceu a todos que ao longo da história contribuíram para o fortalecimento e propagação da cultura africana e das políticas afirmativas em prol dos negros e, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –